

CARTA DE VITÓRIA

OS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO PARTICIPANTES DO 31º ENAFIT, O ENCONTRO NACIONAL QUE OS REUNIU EM VITÓRIA, CAPITAL DO ESPÍRITO SANTO, DENUNCIAM AO POVO BRASILEIRO AS GRAVES AMEAÇAS QUE COMPROMETEM O EXERCÍCIO E A PRÓPRIA SOBREVIVÊNCIA DA AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO NO PAÍS, O QUE REPRESENTA UMA AFRONTA À CIDADANIA E AOS DIREITOS DO TRABALHADOR EXPRESSOS NA CONSTITUIÇÃO.

SERVIDORES PÚBLICOS INCUMBIDOS DA PROTEÇÃO DOS TRABALHADORES, LUTAMOS PARA QUE SE RESPEITE E SE CUMpra O QUE MANDA O TEXTO CONSTITUCIONAL, SEM O QUE, COMO CARREIRA TÍPICA DE ESTADO, ESTAREMOS IMPEDIDOS DE CUMPRIR NOSSAS RESPONSABILIDADES DE FISCALIZAR AS LEIS TRABALHISTAS.

EXPRESSAMOS, COM VEEMÊNCIA, NOSSA INDIGNAÇÃO QUANTO ÀS IRREGULARIDADES, AOS ILÍCITOS, À INÉPCIA E AOS DESMANDOS QUE AFRONTAM OS VALORES ÉTICOS DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, QUE VEEM O ÓRGÃO SERVINDO A ENVOLVIDOS EM ESCÂNDALOS.

A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO ESTADO PARA FINS POLÍTICOS AFETA O POVO E A INSPEÇÃO DO TRABALHO.

OS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO SE SENTEM PROFUNDAMENTE INDIGNADOS E LEMBRAM QUE A ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE SEU TRABALHO SUSTENTA O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.

A SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, ÓRGÃO SUPERIOR DA INSPEÇÃO DO TRABALHO NESTE PAÍS, NÃO RECEBE DA ADMINISTRAÇÃO OS RECURSOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO DE AÇÕES FISCAIS E CAPACITAÇÃO DE SEUS AUDITORES.

OS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO EXERCEM SUAS ATIVIDADES EM CONDIÇÕES OPERACIONAIS PRECÁRIAS. ALÉM DISSO, A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO RETIROU DOS AGENTES DO ESTADO, POR MEIO DE ATOS DE POLÍTICOS QUE OCUPAM ALGUMAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS, O INSTRUMENTO ESSENCIAL PARA NEUTRALIZAR GRAVES E IMINENTES RISCOS À INTEGRIDADE E À SAÚDE DO TRABALHADOR.

PASMEM: O QUE ERA INACREDITÁVEL OCORREU. SUPERINTENDENTES POLÍTICOS DOS ESTADOS DO PARANÁ, RIO DE JANEIRO, RONDÔNIA E PARAÍBA RETIRARAM DO CORPO TÉCNICO DA INSPEÇÃO A COMPETÊNCIA PARA EMBARGAR OBRAS E INTERDITAR ESTABELECIMENTOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENCONTRADOS PELOS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO, EXPONDO TRABALHADORES A GRAVE E IMINENTE RISCO.

A GESTÃO POLÍTICA EM MATÉRIA TÉCNICA AGRIDE AOS TRABALHADORES E AO ESTADO. A CONSTITUIÇÃO DETERMINA A EDIÇÃO DE NORMAS QUE REDUZAM A EXPOSIÇÃO DOS TRABALHADORES AOS RISCOS INERENTES AO TRABALHO. O ATO DESSES POLÍTICOS SUPERINTENDENTES POTENCIALIZA O RISCO DE MORTE DE TRABALHADORES NUM PAÍS ONDE OCORREM MAIS DE 700.000 ACIDENTES DE TRABALHO POR ANO.

SÃO RAZÕES PELAS QUAIS REIVINDICAMOS UMA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO E SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO OCUPADAS POR AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO, A SALVO DAS CONVENIÊNCIAS POLÍTICAS E DOS INTERESSES PARTIDÁRIOS.

HOJE SOMOS APENAS 2.800 AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO PARA UM UNIVERSO DE 13 MILHÕES DE EMPRESAS E DE 95 MILHÕES DE TRABALHADORES. REIVINDICAMOS A IMEDIATA REALIZAÇÃO DE UM GRANDE CONCURSO PÚBLICO.

EXIGIMOS QUE O PROJETO DA LEI ORGÂNICA DO FISCO (LOF) SEJA IMEDIATAMENTE ENCAMINHADO À CASA CIVIL E AO CONGRESSO NACIONAL.

REPUDIAMOS O PROJETO DE LEI N° 4.330, DE 2004, O CHAMADO “PL DA TERCEIRIZAÇÃO”, QUE PRECARIZA AS RELAÇÕES DO TRABALHO E ENGESSA A FISCALIZAÇÃO DO ESTADO.

ACREDITAMOS QUE UM PAÍS RICO É MAIS DO QUE UM PAÍS SEM POBREZA: É, TAMBÉM, UM PAÍS ONDE SE VALORIZA O TRABALHO E SE RESPEITEM OS MILHÕES DE HOMENS E DE MULHERES QUE, COM A FORÇA DOS BRAÇOS E O BRILHO DA INTELIGÊNCIA, CONSTROEM A DIGNIDADE HUMANA E A JUSTIÇA SOCIAL A QUE TODOS OS POVOS TÊM DIREITO.

VITÓRIA (ES), 27 DE SETEMBRO DE 2013